O tiro aos palestinos como esporte radical israelense

18 palestinos mortos, 1.416 feridos, cerca de 400 mortos. Este foi o balanço do “Dia da Terra”, que todos os anos desde 1977 é comemorado na Palestina em memória dos mortos, feridos e represálias por se oporem ao confisco de suas terras pelo Estado de Israel.

Mas este 30 de março, coincidindo com a Páscoa judaica, o massacre não aconteceu sequer em Israel. Foi na zona de ninguém, atrás da cerca que fez de Gaza um gigantesco campo de concentração de dois milhões de pessoas. O dia de luta, convocado por organizações da sociedade civil palestina, teve como objetivo realizar debates e organizar manifestações a partir de sete acampamentos, com o slogan expresso de não se aproximar da cerca.

O exército israelense implantou 100 franco-atiradores a 400 metros do outro lado da cerca, com a ordem de impedir qualquer infiltração. E, obviamente, transformar em banho de sangue uma mobilização popular pacífica que não supunha o menor perigo para a segurança do Estado de Israel. Os franco-atiradores puderam ver o rosto, as mãos, os mais pequenos gestos de suas vítimas, que assassinaram a sangue frio.

Uma semana depois, um novo dia de manifestações terminou desta vez com 10 mortos e 1.070 feridos, 293 feridos. Desde o início da manhã, os manifestantes queimaram centenas de pneus para dificultar a visão dos franco-atiradores israelenses. O protocolo de confronto das tropas incluiu desta vez gás lacrimogêneo, canhões de água, balas de borracha e munições de guerra. Com a vantagem de saber de antemão o que ia acontecer do lado palestino da cerca. O ministro da Defesa israelense, Avigdor Lieberman, havia advertido que a aproximação de 300 metros da cerca seria considerada um perigo para a segurança

do Estado de Israel e que as tropas enviadas agiriam em conformidade.

As primeiras críticas ou dúvidas sobre estes crimes de guerra (ver vídeo) foram rapidamente silenciadas: não haverá investigação militar nem será autorizada uma investigação independente, solicitada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Nada. Total impunidade.

Convém pôr isso em contexto. Gaza sofreu três guerras israelenses punitivas desde sua saída do interior do território palestino meridional: 2008, 2012 e 2014, que causaram 3.600 mortes até hoje. E a vida cotidiana, num cerco mantido por Israel e pelo Egito, com uma administração imposta pelo Hamas e colocada contra a Autoridade Palestina da Cisjordânia – todos os esforços de reconciliação foram frustrados – não passa de um buraco negro de desespero e pobreza.

O governo israelense de extrema direita não tem sido capaz de tolerar um movimento de massas pacífico de "desobediência civil" em Gaza. Precisa de demonizar toda a população de Gaza e transformá-la em jihadistas islâmicos que lançam foguetes caseiros ou atravessam a vedação em pequenas operações suicidas inúteis. Não aconteceu nada disso nas últimas semanas. Ele tenta lavar os escândalos de corrupção de Benjamin Netanyahu com sangue palestino e cortar qualquer estratégia palestina na raiz após o fracasso final dos Acordos de Oslo, seja a campanha BDS no exterior ou "desobediência civil pacífica" em Gaza ou na Cisjordânia. Mas além dos protestos diplomáticos, a Autoridade Palestina assiste impassivamente desde Ramallah o que está acontecendo em Gaza, acusa o Hamas de não ter impedido um ataque contra o primeiro-ministro Rami Hamdallah e a polícia palestina tem reforçado seu controle sobre a população para evitar qualquer faísca que acenda uma nova intifada na Cisjordânia.

Em 15 de Maio, o "Nakba", o desastre palestino, será

celebrado. Se nada o impedir, a Palestina terá uma nova tragédia para comemorar no futuro e os israelitas terão uma vergonha adicional nas suas consciências. No meio desta loucura, só a campanha da organização de paz israelita B'Tselem parece razoável: "Lamento, meu comandante, mas não disparo".

Original: Sin Permiso